



ATA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2024

Ata da Audiência Pública de 29 de Maio de 2024 – Prestação de Contas do 1º quadrimestre de 2024 dos poderes Executivo, Legislativo e Previsora do Município de Ponta Porã – MS. Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, bom dia. Convido para secretariar a presente sessão o vereador Fabrício de Souza, vice-presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Esta Audiência Pública realizada pela Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização da Câmara Municipal de Ponta Porã, sob a presidência da vereadora Kamila Alvarenga, a qual passo a palavra. De acordo com as determinações legais conferidas da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 75, inciso 11, da Lei Orgânica do município de Ponta Porã, iniciamos, neste momento, a audiência pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de 2024. Em nome da transparência, da moralidade e da democracia, declaro aberta a presente Audiência Pública de prestação de contas do 1º quadrimestre de 2024. Senhor secretário favor convidar, pela ordem, os inscritos para que se manifestem exclusivamente a respeito das exposições feitas. Convidamos para ocupar o seu lugar a mesa dos trabalhos o excelentíssimo senhor Rafael Fração. Convidamos para ocupar neste instante o lugar na mesa o senhor excelentíssimo Fabrício Cervieri e a senhora Fernanda Palermo. E gostaria de convidar a excelentíssima senhora Fernanda Palermo, diretora do Departamento Financeiro e Orçamentário da Câmara Municipal. Na sequência, eu convido o Sr. Rafael Fração, presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais, e convido o excelentíssimo Sr. Fabrício Cervieri, secretário municipal de Planejamento e Finanças, para que faça também o uso da palavra na sequência. Vamos, nesse momento, desfazer a mesa para a gente acompanhar as explanações, aí depois nós voltamos para o encerramento. Bom dia, autoridades, presidente desta sessão, vereadores, público presente e funcionários desta Casa de Leis. Prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2024. Os dados aqui apresentados são consolidados e maiores esclarecimentos sobre os mesmos poderão ser solicitados





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

oficialmente às secretarias competentes. Legislação aplicável. Parágrafo 4º do artigo 9º e artigo 63 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. As informações aqui transcritas foram extraídas dos balancetes entre 1º de janeiro de 2024 a 30 de abril de 2024. Valor do repasse do Executivo para nós aqui no Legislativo, R\$ 5.860.000. Despesas realizadas neste período. Vencimentos, vantagens fixas. Pessoal civil, de 1º de janeiro de 2024 a 30 de abril de 2024. Subsídio de vereadores e salários de funcionários, R\$ 2.863.318. Obrigações patronais previdenciárias de INSS, vereadores e funcionários, R\$ 338.620. Contribuições patronais Previporã. Funcionários ativos, R\$ 85.427. Aporte para cobertura de déficit atuarial do Previporã. Funcionários ativos, R\$ 100.380. Despesa com manutenção do legislativo, aplicações diretas. Equipamentos e materiais permanentes, R\$ 483.240. Diárias, R\$ 2.874. Materiais de consumo, R\$ 35.435. Passagens e despesas com locomoção, R\$ 4.640. Serviços de consultoria, R\$ 66.800. Serviços de terceiros pessoas jurídicas, R\$ 408.906. Serviços de tecnologia da informação e comunicação, R\$ 21.900. No total de R\$ 1.023.796. Esse é um resumo da ficha de despesa desse quadrimestre, de todas as despesas anteriores que nós já falamos - R\$ 4.411.543. Obrigações previdenciárias do INSS, parte do segurado. Vereadores e funcionários, R\$ 151.125. Obrigações previporã, parte do segurado. Funcionários ativos, R\$ 85.433. A aplicação constitucional dos últimos 12 meses. Limite constitucional da lei de responsabilidade fiscal o máximo de 6% e o aplicado foi 2,23%. Relatório de gestão fiscal do primeiro quadrimestre de 2024. Receita corrente líquida, que é a arrecadação do município. R\$ 481.031. 751. Total de despesa com o pessoal, 2,23%, R\$ 10.724.367. Se nós tivéssemos usado o limite máximo de 6%, nós teríamos gasto R\$ 28 milhões. Se usássemos o prudencial de 5,70, R\$ 27 milhões. E se tivéssemos usado o de alerta, que é de 5,40, R\$ 25 milhões. Relatório de gestão fiscal quadro comparativo. Limite máximo permitido 6%. 3º quadrimestre 2023. Despesa bruta com pessoal 2,26% R\$ 10.204.714. 1º quadrimestre 2024. Despesa bruta com pessoal 2,23% R\$ 10.724.367. Aplicação constitucional do primeiro quadrimestre de 2024. Gasto com folha percentual de duodécimo, máximo 70%. Aplicado, 48,86%. Despesa com folha até o primeiro





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

quadrimestre de 2024. O duodécimo recebido nesse quadrimestre foi de R\$ 5,8 milhões. Limite máximo permitido de 70%. Nós teríamos gasto R\$ 4.102.000. A despesa total com a folha do primeiro quadrimestre foi de 48,86% que deu R\$ 2.863.318. Despesa com folha quadro comparativo. Limite máximo permitido de 70%. No terceiro quadrimestre de 2023, até o terceiro quadrimestre de 2023, nós utilizamos R\$ 8.511.987. Percentual Utilizado 51,90%. Neste primeiro quadrimestre, nós usamos 48,86% que deu R\$ 2.863.318. Ativo permanente até o primeiro quadrimestre de 2024. Saldo anterior, R\$ 434.581. Aquisição e incorporação, R\$ 483.240. Depreciação, amortização, exaustão e reavaliação, R\$ 4.352. Com o saldo atual de R\$ 913.468. Restos a pagar do exercício de 2023. Restos inscritos em 2023, que vieram de 2023 para que possamos pagar em 2024, R\$ 385.350. Cancelados em 2024, zero. Pagos em 2024, R\$ 317.714. A pagar, R\$ 67.636. Total do passivo, R\$ 67.636. Saldo de caixa e equivalência de caixa até o final do primeiro quadrimestre de 2024. Caixa econômica federal, R\$ 679.806. Provisão estimada para 13º e obrigações futuras em aplicação, R\$ 897.866. Rendimentos de aplicações, R\$ 10.893. Total disponível, R\$ 1.588.566. Muito obrigada. Em nome da vereadora Kamila Alvarenga, presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, quero cumprimentar a todos desejando um bom dia. Hoje estarei prestando contas do primeiro quadrimestre de 2024, onde são considerados os dados consolidados de janeiro a abril. Como podemos ver nessa planilha, as alíquotas de contribuição, seja patronal, seja dos servidores ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao Previporã, correspondem a 14% do salário de contribuição. Os aposentados e pensionistas que contribuem para o Previporã são apenas aqueles que recebem acima do teto do INSS, que agora é de R\$ 7.786,02. Essa contribuição é somente sobre o que ultrapassa esse teto. Todas as contribuições previdenciárias poderão ser creditadas para o Previporã até o último dia do mês subsequente ao da competência. Por exemplo, do mês de abril até o último dia do mês de maio. E, mais adiante, nós vamos entender o porquê. A legislação permite. Porém, se houver repasse fora do prazo estabelecido, esses valores sofrerão as atualizações previstas em lei, não causando nenhum tipo de prejuízo para o Instituto.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

As contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas repassados no período de janeiro a abril, representados nessa planilha, até o momento totalizam R\$ 6.210.576,93 não havendo nenhuma pendência a ser repassada para o Previporã. As contribuições patronais do Executivo e Legislativos repassadas no período de janeiro a abril, representadas nesta planilha, totalizam R\$ 8.910.634,72. Como dito anteriormente, as contribuições dos servidores do Executivo, no montante R\$ 244.077,94 foram repassadas dentro do mês subsequente da competência. Outras contribuições repassadas no período de janeiro a abril totalizaram R\$ 1.449.039,82, oriundas de parcelamento de débitos previdenciário, compensação financeira entre RPPS e INSS, contribuição originária de sentença judicial, além de outras receitas restituídas, receita patrimonial de aluguel, receita de investimento e multas e juros de mora, nos casos que houve atraso no repasse fora do prazo legal. Nesta planilha são demonstrados a utilização dos recursos previdenciários no período de janeiro a abril, que resultou em R\$ 17.018.507,54. Aqui foram os gastos tidos com custeio das atividades do Previporã, desde folha de pagamento dos servidores do instituto, folha de pagamentos dos aposentados e pensionistas, despesas do exercício anterior e repasse de consignados que as instituições bancárias conveniadas retiveram no exercício anterior. Como podemos ver nessa planilha, houve superávit financeiro no período de janeiro a abril, na ordem de R\$ 4.314.261,88. Passamos do saldo financeiro de R\$ 166.207.859,71, em 31 de 12 de 2023, para R\$ 170.522.121,59, em 30 de abril de 2024. Até o momento, a nossa carteira de investimento teve rentabilidade de 1,99% ao ano. Teve rentabilidade de 1,99% ao ano, ficando abaixo da meta atuarial, que estava prevista de 3,59% para o mesmo período. Esse primeiro quadrimestre foi desafiador. Apesar de não termos atingido a meta proposta, ainda assim conseguimos obter ganhos. Nossa carteira não teve prejuízo, a não ser ali em abril, que deu 0,01% de prejuízo. Então, não foi o esperado, mas obtivemos ganhos. Nesse gráfico, notamos que somente no mês de março o desempenho da carteira ficou acima da meta. Nos demais meses, o desempenho esteve abaixo da meta, que ainda assim foi possível obter o





Av. Juvêncio, 3470 - Centro
Ponta Porã - MS
CEP: 79904-630
Telefone: (67) 3437-9900

CNPJ: 03.569.878/0001-30
E-mail: presidencia@camarapontapora.ms.gov.br
www.camarapontapora.ms.gov.br

superavit da planilha estão descritas todas as aplicações financeiras e a sua disponibilidade em 30 de abril de 2024, totalizando os R\$ 170.522.121,59. Obrigado a todos pela atenção. Bom dia a todos. Na pessoa do vereador Agnaldo, presidente dessa casa, cumprimento as autoridades presentes e o público também que nos prestigia. Apesar do frio, até tivemos um quórum razoável, não é, Rafael? Bom, gente, vamos lá para sermos breves na apresentação da nossa audiência do primeiro quadrimestre de 2024. Seguindo a demonstração de metas fiscais do município de Ponta Porã, segundo a Lei Orgamentária 4.610, de dezembro de 2023, começamos apresentando as receitas do município de Ponta Porã. O nosso orçamento para este ano é de R\$ 749.395.000. É um número que me frustra muito. Eu falava em várias audiências desde 2017 que eu pretendia chegar no ano de 2024 mostrando para os senhores um número de R\$ 1 bilhão, mas ninguém contava com uma pandemia no meio do caminho. Então, para tudo o que aconteceu nesses últimos oito anos, aí está excepcional esse número que nós atingimos. Para os senhores, lembrarem, o orçamento de 2016, quando a gente começou esse ciclo, ele era de R\$ 200 milhões. Então, a gente aumentou mais de R\$ 500 milhões, mais de meio bilhão o orçamento do município ao longo desses oito anos. O orçamento do ano passado foi de R\$ 644, então a gente teve um aumento significativo, mas, ao mesmo tempo, veio uma preocupação, porque, ano passado, dos R\$ 644 milhões, nós conseguimos atingir apenas R\$ 598, ficamos aí um pouco longe do previsto. Porém, esse ano, os números têm se mostrado mais favoráveis. Até o presente momento, fim do primeiro quadrimestre, nós chegamos a R\$ 244 milhões, ou seja, 33%. Se a gente projetar isso para o ano na mesma proporção, a gente atinge o orçamento. Sendo que, no terceiro quadrimestre, ele costuma ser maior. Então, esse ano, eu estou esperançoso que se repita o que aconteceu em 2018, da gente ultrapassar o orçamento em receitas. Até porque estamos em um ano eleitoral, como vou demonstrar para vocês, emendas parlamentares começam a aparecer nesse primeiro semestre bastante regularidade em função das vedações políticas. Temos um primeiro semestre bem forte nesse sentido. A composição das nossas receitas, R\$ 191 milhões, a nossa





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

receita corrente. Desses R\$ 191 milhões, ano passado, no mesmo período, foi de R\$ 160 milhões. Tivemos um crescimento de R\$ 31 milhões nesse período. Receita tributária R\$ 43 milhões, composta da seguinte maneira. Impostos. IPTU, R\$ 16,6 milhões. Tivemos um crescimento, em relação ao ano passado, de R\$ 1,5 milhões no IPTU. Esse 1,5 milhão, basicamente, fica representado pela correção da inflação e as construções novas que a gente teve no município. É um número considerável. A gente esperava atingir um pouco mais no IPTU nesse primeiro quadrimestre. A expectativa era de R\$ 17,5 mil, mais ou menos, mas chegamos bem próximos. ITBI, R\$ 4,1 milhões. Esse valor dobrou, mas principalmente em função de transações de áreas rurais que aconteceram no município. Tem-se alastrado a prática das holdings familiares, então isso tem favorecido muito o ITBI no município. Imposto de renda R\$ 7.300 milhões. Esse é o grande responsável pelo aumento da arrecadação no primeiro quadrimestre. Ano passado foi R\$ 2 milhões, este ano R\$ 7 milhões. Isso se deve a um aumento na cobrança, uma mudança na cobrança do imposto das empresas e à apropriação que o município tem feito. Até ano passado, costumávamos, dentro da Secretaria de Finanças, trazer o imposto de renda dos fundos no final do ano. Este ano estamos trazendo mês a mês, então repercutiu no quadrimestre. Imposto sobre serviço de qualquer natureza, ISS, R\$ 11,2 milhões. Ano passado foi R\$ 9 milhões. Grande parte se deve pelo aumento das obras do Fonplata, pelo aumento das obras do Estado, investimento no Anel e na ampliação da BR 164. Essas obras geram muito imposto para o município em serviços. Então a gente teve um aumento considerável de ISS. Taxas. R\$ 3,8 milhões. Taxa do poder de polícia, que são os alvarás, basicamente, têm se mantido no mesmo nível do ano anterior. Isso nos traz duas preocupações. A primeira, será que a atividade comercial no município não aumentou, que os alvarás continuaram do mesmo tamanho. Ou, pela segunda hipótese, que é a que nós temos trabalhado muito, a inadimplência. Repito, como eu falo em todas as audiências, se vocês andarem pelo comércio e pelos estabelecimentos em geral do município, vocês vão encontrar muita gente com alvará vencido na parede. Esse poder de polícia a gente deve ampliar, deveria ampliar a fiscalização, mas a equipe é pequena, a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

gente não dá conta de passar em todo mundo. Prestação de serviços, R\$ 1,7 milhão. Essa é a arrecadação com a taxa de lixo. Caiu em relação ao ano passado, ano passado o mesmo período foi de R\$ 2,5 milhões, esse ano R\$ 1,7 milhão. Houve algumas mudanças com a Sanesul na forma de cobrança, e o que nós temos notado muito, principalmente por informações repassadas da própria Sanesul, a inadimplência está muito alta no pagamento de contas de água. As pessoas têm deixado acumular, e, nesse primeiro quadrimestre, repercutiu grande. Taxa de vigilância sanitária, R\$ 51 mil. Contribuições de melhorias, R\$ 313,07. Receitas de contribuição. Contribuição para o Plano de Seguridade, R\$ 6,2 milhões. Como o Rafael já bem apresentou, são os números do PREVIPORÃ. Contribuição para a iluminação pública, COSIP, R\$ 4,9 milhões. Receita patrimonial R\$ 2.575.000,00, sendo receita imobiliária R\$ 92.000,00, que são, basicamente, os aluguéis que o município tem da feira, da rodoviária, da praça de alimentação, etc., centro de convenções, e R\$ 2.483.000,00 é o rendimento de aplicações financeiras. Dinheiro que o município tem guardado, aplicado. Esse é o rendimento do quadrimestre. Grande parte dessas aplicações, dessa receita imobiliária, ela vai ser gasta em obras, porque isso aqui é fruto do dinheiro do Fonplata que está aplicado. À medida que a gente vai gastando, esse rendimento a gente usa também na obra. Ali que está apagada, as receitas de serviço, que é R\$ 886 mil, que são as receitas de composição do próprio Previporã também, as receitas administrativas deles, que agora nós classificamos diferentemente dentro da demonstração do município. As receitas correntes, R\$ 132 milhões sendo transferências da União, R\$ 49 milhões, A grande participação delas, o Fundo de Participação dos Municípios - FPM R\$ 31 milhões, esse aumentou consideravelmente, ano passado foi R\$ 27, então a gente teve um ganho nesse primeiro quadrimestre de cerca de R\$ 1 milhão mês, praticamente, de Fundo de Participação dos Municípios. Há tendência que agora, para segundo e terceiro quadrimestre, a gente tenha uma perda muito grande no Fundo de Participação dos Municípios em função das calamidades lá na região sul do país, que afetaram a economia nacional como um todo e, principalmente, os repasses que o governo federal tem feito. Transferência de





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

compensação financeira, R\$ 779 mil. Transferência do SUS, R\$ 12,4 milhões. Ano passado, esse dinheiro do SUS foi metade R\$ 6 milhões, no mesmo período. Então, aqui eu ressalto a questão das emendas parlamentares, desse crescimento de R\$ 6 milhões de emendas que a gente teve, só do senador Nelsinho tivemos R\$ 4 milhões, desses R\$ 6 milhões que veio, e alguns outros deputados, o deputado Dagoberto, o doutor Luiz Ovando, mas do senador foi uma parte considerável do crescimento desses R\$ 6 milhões de reais. Nosso interlocutor com o senador aí, está de parabéns, Vereador Agnaldo, obrigado, Continue assim. Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social, R\$ 692 mil. Transferências do Fundo Nacional de Educação, do Fundeb, R\$ 3,3 milhões. Outras transferências do VAAR, Educação. Esse é um complemento que o governo federal tem nos dado para o Fundeb, que nós vamos tratar daqui a pouco, com um pouco mais de cuidado dele. Outras transferências da União, R\$ 272 milhões. Transferências do Estado, R\$ 52 milhões. ICMS, R\$ 27,031 milhões. Ficamos aí do mesmo tamanho do ICMS do ano passado. Apesar do crescimento, o município perdeu índice em relação aos outros municípios. O bolo é um só e, à medida que um município aumenta a atividade industrial, principalmente, esse recurso é retirado de outros municípios. Esse ano nós tivemos um crescimento muito grande do pessoal da região de Ribas, Inocência, Três Lagoas, em função das atividades industriais que têm sido desenvolvidas lá. Esse é o grande mote para as próximas campanhas, principalmente para o prefeito, é um desafio muito grande, que é fomentar a indústria. Ponta Porã é um pouco fora do ciclo logístico nacional, então a instalação de indústrias fica um pouco difícil para atrair. Temos esperança que, com o Porto Seco, isso se reverta. O Porto agora, provavelmente, devemos ter a propriedade da área a partir do próximo mês, e aí já vamos poder começar a mexer nele com um pouco mais de celeridade. IPVA, R\$ 10.900. Ano passado foi R\$ Onze milhões. O que a gente notou no IPVA esse ano foi um aumento do parcelado em relação ao pagamento à vista. Então, ficamos do mesmo tamanho. Isso deve ser compensado ao longo do ano, até pelo crescimento da frota. IPI, R\$ 232 mil. Cota Parte da CIDE, R\$ 91 mil. Recursos do SUS do Estado, R\$ 7.285. Esse recurso do SUS





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

do Estado, ano passado, foi R\$ Dois milhões. Tivemos um aporte do governo do Estado de R\$ 5 milhões dentro da saúde do município, em janeiro. Isso vai explicar algumas questões que vamos tratar daqui a pouco a respeito de índice. Transferências de convênio do Estado, R\$ 5,3 milhões. Outras transferências, R\$ 1.294. Transferências de instituições privadas, R\$ 8 mil, só para esclarecer. Essas instituições privadas, imposto de renda de algumas empresas que são revertidos, para o município. Transferências multigovernamentais, que é o Fundeb, R\$ 30.946.000. Outras receitas correntes, R\$ 553 mil. Multas administrativas, contratuais e jurídicas. Esses R\$ 217 mil, basicamente, é a participação do município nas multas de trânsito. Indenizações e restituições, R\$ 251 mil. Foi um sinistro roubo de um veículo do município que o seguro indenizou. E demais receitas correntes, R\$ 84.620. Receitas de capital. Operações de crédito. Recebemos, em operações de crédito, nesses primeiros quatro meses, R\$ 20,5 milhões. Ano passado recebemos, se eu não me engano, algo em torno de R\$ 26 milhões no mesmo período. Muitos dos nossos financiamentos já estão se encerrando os aportes, a gente está fechando a execução, principalmente o Avançar Cidades e o Finiza. Então, a redução das operações de crédito tem sido um pouco menor, e os recursos do Fonplata, que fizemos o aporte esse ano, no mês de maio. Então não entra dentro do primeiro quadrimestre. Alienação de bens, R\$ 2.247 milhões. Ainda são os saldos de recebimento dos leilões feitos no final do ano passado. Transferências de capital, R\$ 35 milhões de reais. Essas transferências estão em convênios de obras, principalmente dentro do município. Outras receitas não tivemos. Receita Intra-orçamentária, que é da Previdência, R\$ 9.257.000,00. A dedução da receita que está atrelada ao Fundeb, R\$ 13.000.000,00, fechando um total geral de R\$ 244.000.000,00 de receita nesse período de quatro meses. Isso dá uma média, esses 244 vão dar uma média de R\$ 60 e poucos milhões de reais/ mês de receita. Lembrando lá, voltando lá atrás, oito anos atrás, em 2016, esse número era de R\$ 15 milhões/ mensais. Nós estamos em R\$ 60 milhões mensal. Grande parte, lógico, em função das operações de crédito que alavancaram o município, mas teve um crescimento considerável da receita nesses últimos anos. Então





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ponta Porã tem tido um desenvolvimento sustentado ao longo desse período. Já chegamos a quase uma década de desenvolvimento sustentado. E esperamos que assim permaneça para o nosso bem, o crescimento da nossa cidade. As receitas demonstradas dentro graficamente. Aqui, em azul e amarelo, temos estado e União, representando 43% do total. Quando assumimos lá atrás, esse número era de 59% a dependência da União e do Estado. Reduzimos isso para 43%. A estimativa, a maioria dos municípios sustentáveis trabalha na faixa de 50%. Estamos muito bem posicionados em relação a receitas próprias, receitas de capital e em relação à transferência da União do Estado. Basicamente, todo município precisa e necessita da União do Estado para sobreviver. Quanto menor essa dependência, melhor. Despesas. Orçamento, R\$ 749 milhões. Despesas liquidadas até o presente momento, R\$ 204 milhões. Aqui, os principais gastos, graficamente, já vou demonstrar eles ali. Grande parte, aqui nós temos pessoal e encargos sociais, a área roxa, e as outras despesas correntes, investimentos, juros da dívida e amortizações. Vamos tratar desses números. Pessoal e encargos, R\$ 99 milhões, quase atingimos R\$ 100 milhões nesses quatro meses, ano passado esse número foi de R\$ 80 milhões. O que se deve a esse crescimento? Aumento dos professores, entrada de funcionários de concursos. Aqui dentro entram as verbas rescisórias. A gente gastou muito em rescisões de pessoal que era contratado, para colocar o pessoal concursado para dentro. Então teve esse aumento substancial nesse primeiro quadrimestre. Esse número deve cair um pouco mais dentro do segundo quadrimestre, porque a gente não tem mais as rescisões. Tivemos aqui já o primeiro impacto do aumento salarial lá de 4,62% e todo o pessoal novo que estamos chamando do concurso. Nesse mês de maio, chamamos 107 pessoas, 107 funcionários novos concursados, em substituição, grande parte, substituindo pessoas que tínhamos contrato. Então, isso é um grande avanço, até para o previsorã, que é uma base nova de contribuição para o Instituto. Juros e encargos da dívida, R\$ 3.274.000, os juros dos financiamentos que a gente tem pago. Despesas correntes, manutenção das secretarias, R\$ 58 milhões. Esse aqui, para mim, é um reflexo de economia. No ano passado, no mesmo período, a gente gastou R\$ 51 milhões. Então, se





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

você pegar o aumento da receita e o aumento do gasto de manutenção, é bem desproporcional. A gente cresceu muito mais em arrecadação do que em gasto. Isso tem sido parte de um esforço que o prefeito Eduardo Campos nos pediu desde o ano passado, para que a gente tentasse poupar ao máximo, mantendo a qualidade dos serviços do município. Investimentos, R\$ 35 milhões. Basicamente, esses investimentos estão atrelados às obras de convênio. Amortização de dívida, R\$ 8,3 milhões. O que eu quero mostrar para vocês é essa relação, juro/ amortização. A gente tem amortizado muito mais do que pago em juro. Então a tendência é que cada vez mais esse juro caia, até porque alguns financiamentos estão se encerrando e esse pagamento de juro vai acabando, junto com a amortização. Isso mostra que todos esses investimentos que estão sendo feitos, eles são auto pagáveis. À medida que você vai amortizando, vai amortizando e pagando juros, e o caixa vai se mantendo em equilíbrio. Recursos vinculados, Fundeb. Orçamento do Fundeb, R\$ 95,9 milhões. Ano passado foi de R\$ 94,5 milhões, um crescimento pequeno para esse ano. A gente acredita que o Fundeb consiga esse ano, por algumas ações que a gente teve dentro do âmbito financeiro, que eu já vou demonstrar, que ele fique sustentável durante o ano de 2024. Ano passado, o município teve que fazer aportes muito grandes dentro do Fundeb. Foram quase R\$15 milhões que o município teve que aportar no final do ano, pagando todas as rescisões e pagando o 13º do Fundeb, porque ele não se manteve. Em função disso, para esse ano, o município tomou algumas atitudes diferentes. Então, olha só, a arrecadação do Fundeb, o recebimento foi de R\$ 32 milhões. Então, a gente já tem aí 33%, isso se mantendo ao longo do ano, a gente torna ele autossustentável. Por que a gente torna ele autossustentável? Por causa dessa relação aqui. Aplicação dos 70%, 98,21%, ou seja, todo arrecadado está sendo usado para pagamento dos profissionais da educação. Todo o investimento em educação tem sido feito pelo município, não tem sido tirado nada do Fundeb. O Fundeb tem bancado Folha. E o ensino básico, os 30%, a gente trouxe para dentro do caixa do município. O município assumiu esse pagamento aqui de 30%. Então, o Fundeb só aplicou 1,79% no apoio ao ensino básico. Os outros 29, 28% ficou por conta do município. Por isso que vai





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

dar essa sustentabilidade dentro das contas do Fundeb. Por que tomamos essa atitude? Para diluir ao longo do ano, aos 12 meses, esse déficit orçamentário. Não vai acontecer que nem ano passado de você, no final do ano, ter que fazer aportes muito grandes de recursos para bancar a atividade da educação. Metas fiscais da saúde. A saúde, eu peço licença para a gente passar rapidamente. Esses números da saúde já apresentou na segunda-feira. Então, receita prevista, R\$ 118 milhões, arrecadada R\$, 34 milhões. Transferências do município, R\$ 12.865 milhões. Receita patrimonial, R\$ 256 mil. Transferências da União, R\$ 12.422 milhões. Transferências correntes do Estado R\$, 8.725 milhões. Tanto o dinheiro recebido da União quanto do Estado foram extremamente superiores ao recebido dos anos passados. Isso aí chega a algo em torno de 11 milhões a mais, praticamente, em relação ao ano anterior, mais de 50% de aumento. O que fez cair um pouco a aplicação do Estado, do município, que vai ser compensada agora no segundo semestre. Isso se justifica aqui. A receita para aplicação foi de R\$ 108 milhões, o valor mínimo aplicado tinha que ter sido 15%, 16, e o município aplicou 12,1%, R\$ 13,144 milhões. Por que aplicou menos. Em função do grande volume que teve de emendas parlamentares dentro da saúde, algo em torno de R\$ 6 milhões, e o aporte que o governo do estado fez de R\$ 5 milhões dentro da saúde em janeiro. Isso deu uma sustentabilidade para a saúde, permitindo que o município não precisasse aportar tanto. Esse quadro se reverte agora no segundo semestre. No segundo semestre, vocês vão ver na apresentação do segundo e do terceiro quadrimestre, que vai ter um aporte maior do município em relação do Estado e União. A gente não deve receber do Estado outras compensações. E as emendas parlamentares cessam agora. Vai ficar na dependência praticamente da receita do município. A gente está muito tranquilo quanto ao índice de 15%. Anos passados, nós fechamos com quase 18% de aplicação. E o previsto para este ano é fechar em torno de 17% em dezembro. Transferências da União, R\$ 12.400, transferência do Estado, R\$ 8.700. Despesas da Saúde, R\$ 118 milhões previsto no ano, liquidado até o presente momento, R\$ 31 milhões. Pessoal em cargos, R\$ 16 milhões, despesas correntes, R\$ 15 milhões,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

investimento, R\$ 551 mil, total fechando os R\$ 31 milhões de despesas. Fundo Municipal de Assistência Social. Então vamos lá. Orçamento previsto, R\$ 17.889 milhões, realizado até o final do primeiro quadrimestre, R\$ 4,5 milhões. Composição dessas receitas da assistência. Transferência da União, R\$ 692.000,00. Transferência do Estado, R\$ 74.000,00. Rendimentos, R\$ 35.000,00. Transferência do município, R\$ 4.892.000,00. O Município é responsável por 86% dos recursos investidos em assistência social. Os repasses do governo federal estão atrasados na assistência. Está aqui a Ângela, que não me deixa mentir. E as transferências do Estado caíram muito. Se alguém recorda das apresentações de prestação de contas, o que viria a seguir seria a apresentação do FIS. O FIS acabou. O Estado acabou com o FIS. Teoricamente, passou para dentro do ICMS. A gente não consegue medir esse número porque ele não vem discriminado. Isso fez com que aumentasse a participação do município ainda mais dentro da arrecadação da assistência social. Que conclusão que a gente tira daqui? Se não existisse recursos do município, não existia assistência social. A participação do Estado e da União é muito pequena. Demonstrativo de metas fiscais. Em respeito à lei de responsabilidade fiscal. Com folha de pagamento, dos últimos 12 meses (maio de 2023/ abril de 2024) despesa com pessoal 226 milhões, isso representa 47,01% da RCL. Nós estamos abaixo do índice de alerta. Uma situação bastante confortável em relação à questão de folha de pagamento. Ano passado, a gente, nesse primeiro quadrimestre, estava com 49%. A gente estava entre o prudencial e o alerta. Esse ano a gente conseguiu baixar isso um pouquinho mais, caindo aqui para 47%. Esse valor deve se complicar um pouquinho no segundo quadrimestre. Por quê? Por uma nova determinação de legislação federal, as verbas rescisórias agora começam a compor dentro do índice. Nós tivemos muitas rescisões dentro do final do ano passado e no começo desse ano. E isso vai fazer com que a gente salte esse número. A expectativa era fechar o ano com 45%, mas a gente deve ficar no entorno dos 50% em função dessas mudanças de legislação, o que ainda é uma situação bastante confortável. Aplicação em educação, R\$ 108 milhões. A aplicação do primeiro quadrimestre foi de R\$ 29 milhões. Isso representando 26,72%. Constituição Federal





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

obriga a investir pelo menos 25%. A lei de responsabilidade fiscal, então, está cumprida. E nós temos uma lei municipal colocando mais 5% para chegar aos 30. Então, a gente ainda está um pouquinho abaixo dos 30, mas isso vai ser compensado. Não tenho a menor dúvida. Se a gente lembrar o mesmo período do ano passado, esse número aqui, primeiro quadrimestre do ano passado, era de 21% de aplicação. Então, a gente cresceu grande em aplicação dentro da educação. Isso se deve àquilo que eu expliquei em função do município ter puxado os 30% da folha de pagamento do Fundeb para dentro do caixa do município. A saúde, aplicação mínima 15%, estamos em 12,1%. Vou voltar nesse assunto. Esse número não nos assusta, em função do que eu falei, que agora cessa um pouco as emendas dentro da saúde, cessa o apoio que a gente teve do governo do estado no começo do ano. Nós voltamos a números muito parecidos aos anos de 2021, 2020 e 2019. Esses três anos, a aplicação também foi na casa dos 12% e, em todos os anos, nós conseguimos fechar acima dos 16%. Então, a gente está trabalhando também com tranquilidade nesse sentido. Para encerrar, demonstração da dívida do município, que hoje está na casa de R\$ 204 milhões de reais. Devemos fechar o ano beirando 300 milhões. Tem os aportes que faltam do Fonplata. Alguns recursos também do FINISA e AVANÇAR CIDADES entrando aí. E é um número bastante confortável. O município pode se endividar 1.2 do orçamento, ou seja, o limite de endividamento do município é em torno de R\$ 900 milhões. Por prudência, a gente não vai chegar lá nisso, mas nós estamos aí um terço da capacidade de endividamento do município, que é também uma situação confortável. Como é composta essa nossa dívida? Os empréstimos com a caixa econômica, basicamente, que é FINISA e AVANÇAR CIDADES, de R\$ 58 milhões em 31/12, subiu para R\$ 59 milhões, tivemos mais alguns aportes. O FONPLATA, de R\$ 62 para R\$ 77 milhões, aqui a gente vai ter um crescimento, pois esse é um ano de grandes investimentos dentro do Fonplata. Banco do Brasil, R\$ 4.102.645, para R\$ 4.123.883. Esse crescimento é em função de juros. INSS, R\$ 11.507.000 para R\$ 12.023. Previoporã, de R\$ 40.000 caiu para R\$ 39.000. Tivemos uma redução em função do município, como o Rafael demonstrou, adimplente no pagamento dos seus parcelamentos. Receita Federal,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PASEP, também de R\$ 9.000 para R\$ 8.300. O que aconteceu com o PASEP? Nós negociamos todas as dívidas passadas que existiam, parcelamos elas e mantemos o pagamento em dia. Para vocês terem ideia, isso representa algo de R\$ 400 mil por mês que o município paga. Isso fora aquilo que já é retido na fonte, que dá mais R\$ 100 mil. O PASEP do município é algo em torno de R\$ 500 mil por mês pago para a União. Então, como a gente mantém o pagamento e tem pago os parcelamentos para trás, essa dívida tem diminuído. Precatórios, R\$ 3,7 milhões. Esse é o precatório desse ano. Lembrem, ano passado foi de 30. Esse aqui é um saldo daquelas ações ainda, ações que entraram depois e foram inscritas para esse ano. Esses 3,7 milhões têm que sumir até 31 de dezembro desse ano. A intenção de pagamento desses 3 milhões é em seis parcelas a partir de segundo semestre. Desse ano não pagamos nada ainda. Eu sempre deixo para o segundo semestre, que é onde você consegue ver a composição, o andamento da receita ao longo do primeiro semestre, te dá uma garantia de como você vai conseguir compor a dívida no segundo semestre. Um primeiro semestre forte te dá autonomia para negociações melhores. A gente tem trabalhado com a possibilidade de pagar isso aqui em quatro parcelas, para não chegar em dezembro devendo aqui, para não arrochar décimo terceiro, nada disso. Era o que eu tinha para o momento, presidente. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado. Em tempo, gostaria de registrar e agradecer a presença do excelentíssimo senhor Fabrício da Costa Cervieri, Secretário Municipal de Finanças, ao senhor Rafael Fração de Oliveira, diretor-presidente do Previporã, ao senhor Carlos Nóbrega de Freitas, Secretário- Adjunto de Finanças, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Ponta Porã, senhor Agnaldo Miudinho, aos vereadores Kleber Ortiz, Avelino e Marquinhos Benites. Não houve questionamentos. Antes de encerrarmos a presente audiência, informamos que a prestação de contas do primeiro quadrimestre do ano de 2024, conforme determina a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 que trata sobre finanças públicas e com o que dispõe o parágrafo único do artigo 63 e o artigo 92 da Lei Orgânica do Município de Ponta Porã, serão devidamente encaminhadas ao Tribunal de Contas para análise, sendo





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

que, após a deliberação do egrégio tribunal, serão encaminhadas para o plenário nesta Casa de Leis. Tais prestações de conta estarão à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, podendo ser questionada sua legitimidade nos termos da lei. Desta forma, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada esta Audiência Pública de Prestação de Contas dos Poderes Executivo, Legislativo e Previsora do município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul.



AGNALDO PEREIRA LIMA



EDINHO QUINTANA



VANDERLEI AVELINO

